



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 9, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2016
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2016
4. REQ. N. 406/16, DATADO DE 17/03/2016 – PC N.º 77/16, DATADO DE 09/03/2016 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO
5. REQ. N. 380/16, DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 87/16, DATADO DE 11/03/2016 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES
6. REQ. N. 377/16, DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 84/16, DATADO DE 11/03/2016 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES

7. REQ. N. 248/16, DATADO DE 23/02/2016 – PC N.º 375/15, DATADO DE 13/10/2015 – CAMINHOS DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS UNIPessoal, LDA.
8. REQ. N. 1750/15, DATADO DE 23/11/2015 – PC N.º 452/13, DATADO DE 09/12/2013 – AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA
9. REQ. N. 293/16, DATADO DE 01/03/2016 – PC N.º 65/16, DATADO DE 01/03/2016 – JOSÉ TELMO LEMOS DOS SANTOS
10. REQ. N. 211/16, DATADO DE 12/02/2016 – PC N.º 189/15, DATADO DE 08/06/2015 – FERNANDO GOMES CARVALHO DA ANUNCIAÇÃO
11. REQ. N. 388/16, DATADO DE 14/03/2016 – PC N.º 102/2016, DATADO DE 14/03/2016 – CARLOS ALBERTO SANTOS GODINHO
12. REQ. N. 162/16, DATADO DE 03/02/2016 – PC N.º 342/15, DATADO DE 23/09/2015 – FLÁVIO CARDOSO RELVA
13. REQ. N. 445/16, DATADO DE 24/03/2016 – PC N.º 261/15, DATADO DE 31/07/2015 – ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS
14. REQ. N. 436/16, DATADO DE 23/03/2016 – PC N.º 98/16, DATADO DE 23/03/2016 – MARIA CARQUEIJEIRO PIMENTA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
15. REQ. N. 494/16, DATADO DE 01/04/2016 – PC N.º 107/16, DATADO DE 01/04/2016 – CARLOS MANUEL DE SOUSA FERNANDES E ROBERTO CARLOS DE SOUSA FERNANDES
16. I/537/2011 : SEGURANÇA DE PROPRIEDADES PARTICULARES – CASAS DEGRADADAS, AV.ª 1.ª DE MAIO, 58 E 60 – HERANÇA DE JOSÉ DOS SANTOS LOPES, E DE OLÍMPIA CARVALHO PEREIRA DA QUITÉRIA LOPES – DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA DE VERIFICAÇÃO.
17. REQ. N. 534/16, DATADO DE 07/04/2016 – PC N.º 142/2016, DATADO DE 07/04/2016 – SALOMÉ CRISTINA LOPES DE MATOS
18. REQ. N. 112/16, DATADO DE 27/01/2016 – PC N.º 28/2016, DATADO DE 27/01/2016 – SILVIA MÓNICA RIBEIRO PEREIRA
19. REQ. N. 1828/07, DATADO DE 16/05/2007 – PC N.º 325/07, DATADO DE 16/05/2007 – MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, JÚLIA DE JESUS BRIGIDA E JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA

20. REQ. N. 2150/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 479/07, DATADO DE 24/07/2007 – MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, JÚLIA DE JESUS BRIGIDA E JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA
21. REQ. N. 472/15, DATADO DE 08/04/2015 – PC N.º 66/13, DATADO DE 13/03/2013 – ANA PAULA SANTOS NORTE
22. E/1574/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
23. REQ. N. 327/16, DATADO DE 07/03/2016 – PC N.º 84/2016, DATADO DE 07/03/2016 – DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO CENTRO - PEDIDO DE PARECER RELATIVO À EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DE PRODUÇÃO INTENSIVA DE BOVINOS QUE A EMPRESA COMPOSTOS LIZ – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA.
24. REQ. N. 359/16, DATADO DE 10/03/2016 – PC N.º 79/16, DATADO DE 10/03/2016 – IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, IP, - PEDIDO DE PARECER RELATIVO À PRETENSÃO DE AMPLIAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DA EMPRESA BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, SA.
25. REQ. N. 97/16, DATADO DE 22/01/2016 – PC N.º 27/16, DATADO DE 22/01/2016 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA
26. REQ. N. 536/16, DATADO DE 07/04/2016 – PC N.º 28/16, DATADO DE 22/01/2016 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA
27. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
28. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: DIOGO BALÃO ESPÍRITO SANTO – QUEBRA DE VIDRO POR PROJEÇÃO DE PEDRA POR MOTO-ROÇADORA DE RELVA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
29. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
30. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE MAIO E JUNHO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.
31. MUDANÇA DE INSTALAÇÕES DO NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO (LPCC) NO EDIFÍCIO DA IVIMA - CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO DE COMODATO

32. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, ADESER II, IPSS PARA PROMOÇÃO DO BOLO DE PINHÃO DA MARINHA GRANDE E DO LICOR DE LEITE DA MARINHA GRANDE - PRODUTOS LOCAIS DO CONCELHO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CLDS-3G MARINHA SOCIAL
33. RESUMO DE TESOUREARIA
34. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.
35. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2015. MANDATO DISCRIMINADO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### 1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:**

**1 - Sr. Paulo Jorge Almeida Santos**, residente na Rua do Pinheiro Manso, n.º 24, Pero Neto, Marinha Grande, que chamou a atenção para as descargas de dejetos que estão a acontecer no Pero Neto, com ligações das fossas aos ramais de águas pluviais, e que estão a inundar a sua propriedade. Considera uma situação inadmissível e vergonhosa, que se arrasta há mais de dez anos e para a qual a sua mãe já alertou por diversas vezes a Câmara.

**2 - Sr.ª Emília Piedade Almeida**, residente na Rua do Pinheiro Manso, n.º 24, Pero Neto, Marinha Grande, que falou sobre os seguintes assuntos:

- Situação da Fonte do Morais;
- Cemitério – é preciso colocar um placard a informar as pessoas que não podem deitar lixo (pedras, folhas, flores) nas pias, porque depois entopem;
- Creche – leu no jornal, e gostaria de saber quando abre, porque as crianças precisam;
- Lavadouro – as pessoas continuam a não ter cuidados de higiene e limpeza na sua utilização;

- Rua Vila da Batalha – os automobilistas fazem desta estrada uma pista de rallye e estragam a estrada, para além de ser perigoso. Informou ainda que nesta rua se encontra um suporte do lixo que está partido.
- As linhas de água têm que ser limpas e as ervas têm que ser cortadas e retiradas, até para evitar o aumento da bicharada.

Terminou pedindo ao Sr. Presidente que atue e cumpra aquilo que lhe prometeu quando era Vereador.

**3 - Sr. João Encarnação Cruz**, residente na Av. Vítor Gallo, nº 9 - 3º O, Marinha Grande, que se inscreveu para apresentar o programa do evento "Concelho Honra os Seus Heróis". Contudo, considerou que este não seria o momento adequado para o fazer, tendo informado que adia essa apresentação para uma próxima oportunidade, e que irá fazer chegar o seu projeto por escrito, referindo ainda que não tem dúvidas que será bem acolhido, tendo em conta as capacidades que já demonstrou anteriormente.

#### **O Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

**1 –** Informou o **Sr. Paulo Santos** que o colector da Rua da Sede já está em condições de fazer as ligações. Sobre as ligações do saneamento doméstico ao pluvial disse que desconhece, são proibidas, tendo pedido ao munícipe que no intervalo da reunião lhe identifique as situações, para mandar lá a fiscalização. Entretanto o saneamento dos coletores já executados vai ser ligado, porque é obrigatório.

**2 –** Informou a **D. Emília Almeida** que a maior parte das situações que relatou são falta de civismo das populações.

- Fonte do Morais – na altura em que lhe falou desta fonte foi ver e a situação ocorria porque havia obras no local. Neste momento o que pode informar, tal como já disse anteriormente, é que a água dos fontenários não é analisada. A partir do momento em que há água da rede a Câmara não controla estas águas.
- Cemitério – há falta de coveiros e de pessoal para limpeza. Neste momento está a decorrer um procedimento para a prestação deste serviço.
- Lavadouro – a D. Emília já tinha abordado este assunto, e na altura falou com o anterior Presidente da Junta de Freguesia, porque se insere nas competências que lhe foram delegadas pela Câmara. Agora vai dar conhecimento da situação à atual Presidente da Junta, mas se não houver civismo por parte dos utilizadores de nada vale limpar.
- Rua Vila da Batalha – vai ver o que se passa e dar indicações aos serviços sobre o suporte do lixo que está partido.
- Linhas de água – é obrigatório fazer a limpeza. Tem que ser visto quem não cumpre para participar ao Ministério do Ambiente.
- Creche – foi pedida uma reunião à Diretora Regional da Segurança Social para ver se há apoios comunitários e assim se poder levar por diante a sua abertura.



## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Os munícipes D. Emília e Sr. Paulo Santos focaram-se na imundice e na falta de saneamento, situação que não se admite num concelho vocacionado para a inovação e desenvolvimento. Ele próprio já aqui tinha abordado esta situação, propícia ao desenvolvimento do vírus zika. Queremos que Portugal seja um país desenvolvido.  
E por falar em Portugal, lembrou que o país faz hoje 836 anos, e não está correto que passado todo este tempo ainda se fale de falta de limpeza.
- ⇒ Perguntou ao Sr. Presidente o seguinte: leu na 1.ª página do Jornal da Marinha Grande que piscina e mercado municipal só em 2017. Pergunta se é assim, uma vez que estão no Orçamento Municipal de 2016.

### **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Sobre as intervenções dos munícipes Sr. Paulo Santos e D. Emília Almeida, lamentou que tenham vindo dizer que já aqui tinham vindo avisar destas situações e não terem sido resolvidas.
- ⇒ Felicitou o judoca Nuno Saraiva, por ter conseguido a medalha de bronze no Grand Prix de Samsun, na Turquia. Referiu que o sonho olímpico continua e ainda é possível.
- ⇒ Felicitou a Associação Portuguesa de Deficientes, delegação de Leiria, com sede na Marinha Grande, por se ter sagrado campeão nacional de Andebol ACR 4.
- ⇒ Na Rua Arala Pinto, junto ao mercado, está a ser feita uma ciclovia. No local havia uma paragem do TUMG e dois lugares para táxis, parecendo que aquilo que está a ser feito elimina os lugares dos táxis. Perguntou qual a razão e sugeriu que os lugares de táxis continuem onde estavam.
- ⇒ Teve conhecimento que há escolas do pré-escolar e do 1º ciclo que estão a sentir algumas dificuldades, nomeadamente no funcionamento da cantina e refeitório, com funcionários sem formação e qualificação adequadas às funções, limpeza deficiente, ementas desadequadas. Existem também queixas de que quando é necessária uma pequena reparação a Junta de Freguesia vai lá e resolve, mas se a responsabilidade do problema for da Câmara, os técnicos vão lá diversas vezes, mas o problema subsiste sem resolução. Assim, solicitou ajuda para esclarecer este assunto.
- ⇒ Na sequência da sua visita à Garcia, os munícipes levantaram algumas preocupações e apresentaram sugestões que pretende trazer ao conhecimento da Câmara, e que constam do documento que se transcreve:

## **1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

*Vários munícipes manifestaram que a água da torneira vem muitas vezes imprópria para utilizar e muito menos para consumo. Umas vezes vem castanha escura outras vezes vem branca, parece bicarbonato de sódio.*

*Foi-nos dado conhecimento que na Rua Principal (Estrada da Garcia) junto à Vulcanizadora Santos periodicamente a água fornecida pela rede está imprópria para consumo.*

*SUGESTÕES:*

*a) Fazer análise à água no local*

## **2. VIAS DE ACESSO**

*a) Duma maneira geral os munícipes demonstraram preocupação pelo estado de conservação das ruas do lugar, com particular destaque para a Rua Central (Estrada da Garcia) cuja degradação causa imensos transtornos aos moradores em toda a sua extensão, nomeadamente quanto à irregularidade do piso que provoca elevada trepidação nos veículos pesados de mercadorias. Realçaram o facto de passarem muitos camiões para o armazém da Gallo Vidro e as estradas e ruas não estarem preparadas. A rua não está plana acumulando possas de água enormes e quando chove com mais intensidade transforma-se num rio.*

*SUGESTÕES:*

- Analisar a fraca compactação das terras quando foram colocadas as várias redes de infra-estruturas no seu subsolo;*
- Colmatar o deficiente escoamento das águas pluviais*

*b) Sem colocar em causa a segurança de todos os utilizadores, foi ainda questionada a sinalização horizontal (traço contínuo) da Rua Principal que vai desde o Engenho até ao limite do lugar da Garcia. Se apanharmos um carro lento, só fazendo uma transgressão se consegue passar.*

*SUGESTÃO:*

- revisão desta sinalização horizontal, permitindo em algumas zonas (por exemplo a recta) a colocação de traços descontínuos ou se possa ultrapassar*

*c) Ao longo da Rua Central existe sinalização vertical que não se vê devido a copa de algumas árvores estarem a tapar.*

*SUGESTÃO:*

- Podar essas árvores que impossibilitam a visualização da sinalização vertical*

*d) Rua da Salgueira (paralela á Rua Central)*

*A Rua da Salgueira tem cerca de 1,5 km de extensão. Não tem passeios nem qualquer marcação horizontal. Vivem actualmente cerca de 11 famílias. Além destes munícipes, esta Rua é utilizada diariamente por muitos cidadãos para fazer as suas caminhadas e naturalmente caminham dentro da estrada.*



*Como a Rua Central da Garcia tem semáforos de velocidade e traço contínuo em praticamente toda a sua extensão, há automobilistas, para fugir a estes constrangimentos, vão pela Rua da Salgueira ultrapassando sem dificuldade e circulando por vezes em velocidades excessivas.*

*Os munícipes que por ali passam, ou vivem, receiam que se nada for feito, um dia destes haverá um acidente com gravidade envolvendo pessoas inocentes.*

*SUGESTÃO:*

- *Uma análise cuidada pelos técnicos de trânsito da camara, para actuar em conformidade, minimizando/solucionando este problema*

### **3. Casas das matas**

*Sobre a questão das casas degradadas dos ex-guardas florestais, a preocupação dos munícipes, sobretudo os que vivem na Rua da Salgueira, é que existem quatro casas das matas nessa rua e pelo menos uma dessas casas é utilizada por pessoas de aspecto duvidoso.*

*Dessas quatro casas, duas estão em estado de degradação já sem recuperação. As outras duas também ficarão irre recuperáveis se nada for feito entretanto.*

*SUGESTÃO:*

- *Sobre a questão da segurança e dos transeuntes que ali vão, sugerimos que dessem conhecimento às autoridades (PSP ou GNR) de modo a que analisem e tomem as devidas providencias.*
- *Quanto à degradação das casas das matas, apesar de não ser da responsabilidade da camara, é completamente inaceitável que o estado trate assim o património que é de nós todos. Por isso sugerimos um alerta a quem de direito para resolver o problema da casa das matas.*

### **4. Associativismo**

*Foi manifestada preocupação pela forma como estão a ser geridos os apoios e subsídios ao associativismo, nomeadamente:*

- a) critérios de atribuição de subsídios por parte do Município;*
- b) calendarização das candidaturas e resposta por parte do Município às mesmas;*
- c) processamento da entrega de comprovativos de despesa / pagamento do subsídio*

*SUGESTÃO:*

- *Revisão do regulamento Municipal de apoio ao associativismo, para conhecimento de todas as associações culturais e desportivas, onde estejam definidos esses subsídios duma forma clara.*

### **5. Manutenção dos Parques da cidade**

*Um munícipe presente na sala demonstrou a sua perplexidade quanto à falta de manutenção dos Parques Verdes da cidade, referindo que a autarquia faz, e bem, o*

*investimento inicial nesta área, descuidando-se com a sua manutenção à posteriori, verificando-se nalguns casos falta de segurança para os utilizadores de alguns equipamentos.*

*SUGESTÃO:*

- *Manutenção preventiva dos Parques Verdes da cidade."*

**A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Felicitou o judoca Nuno Saraiva e espera que ele consiga atingir os Jogos Olímpicos, uma vez que seria mais um marinhense a consegui-lo, a par do Raimundo Santos.
- ⇒ Sobre as questões dos munícipes disse que está no executivo desde 2009 e julga que desde essa altura que ouve a D. Emília a apresentar o mesmo problema nas reuniões públicas, que sempre existiram, uma vez por mês.  
Entende que já é altura para se resolver a questão do saneamento no Pero Neto, tanto mais que fica próximo das Trutas.
- ⇒ Creche – tanto quanto lhe parece consta no programa eleitoral do PS desde 2009. Pretende saber quantas reuniões houve com a Segurança Social e a CCDR, quais as datas da sua realização, quem esteve presente e se existem atas que possam ser consultadas.
- ⇒ Casas das matas – tem entendimento diferente do Sr. Vereador Aurélio, porque elas pertencem ao ICNF mas estão no nosso concelho, pelo que a Câmara deve intervir, porque é uma pena que se estejam a degradar. Em tempos houve um projeto interessante para a sua recuperação, que até teve bom acolhimento por parte de várias entidades, e na altura chegou mesmo a participar numa reunião. Na sua opinião é importante voltar a pegar neste assunto e tentar recuperar estas casas para novas utilizações.
- ⇒ Recordou que enviou um e-mail com questões, às quais ainda não obteve resposta. Julga que neste momento já está ultrapassado o prazo razoável para dar essa resposta, embora compreenda os afazeres do Sr. Presidente.
- ⇒ Escolas – são também uma das suas preocupações, especialmente as ementas, porque se tratam de crianças.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Concorda com o Sr. Vereador António Santos e entende que é necessário clarificar de uma vez por todas a questão do mercado. Como não foi desmentido o artigo do jornal, significa que só iremos ter mercado em 2017. Ou o Presidente não fala verdade ou o jornal.

- ⇒ Pediu uma vez mais ao Sr. Presidente que informe qual o andamento das candidaturas do Portugal 2020, dado que ninguém sabe em que fase estão os projetos e porque a sua aprovação é que é importante para o desenvolvimento do concelho.
- ⇒ Para além destas questões, são também importantes as questões colocadas pelos munícipes.  
Na altura em que a D. Emília apresentou a situação deslocou-se ao Pero Neto, mas a Câmara não pode continuar a dizer que vai resolver e depois não o faz. Há muitas pessoas que não ligam o saneamento, pelo que há aspetos que têm que ser fiscalizados nos locais, para se verificar se fizeram a ligação ou não, porque não basta dizerem que fazem.
- ⇒ Problemas da Garcia – o Sr. Vereador Aurélio fez muito bem em trazer os problemas, que são os mesmos que foram apresentados pela população há dois anos, quando a CDU lá esteve. Se não há possibilidade de fazer que se diga que agora não se pode, mas que fica em agenda para quando se puder. Que não se prometa o que não se pode fazer. Agradeceu esta posição do Sr. Vereador Aurélio, que vem validar o que a CDU já tinha apresentado há dois anos.
- ⇒ PEM – recebeu um convite para a sessão de trabalho sobre as ações buracos zero, passeios 100%, e deixa um conselho: que não se confundam objetivos do executivo para a Marinha Grande com planos de ação.  
O PEM interage com o PMA, e tem que ver com a alteração de formas de ser e de estar, e provoca a mudança. Não se confundam as coisas, porque assim o PEM não cumpre os seus objetivos, que são mais do que isso.
- ⇒ Pediu à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália que comunique os programas do 25 de abril e das festas da cidade.
- ⇒ Escolas – é uma questão bem colocada, e pode haver razões ou não, mas tem que se ver. Nem o pessoal da Câmara tem qualificações nem a Câmara dá qualquer formação, mas a empresa que coloca as pessoas ainda é muito pior. Está-se a falar de acompanhamento de crianças para as refeições. A empresa contrata pessoas para um trabalho de hora e meia por dia, a 2,50€/hora, pelo que não se pode esperar um milagre. Isto é o reflexo da sociedade em que se vive, onde cada vez nos aproximamos mais dos índices de escravatura. E não é por falta de pagamento da Câmara, que até aumentou o valor a pagar à empresa. É uma situação para a qual todos têm que estar atentos.

**O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e disse o seguinte:**

- ⇒ Agradeceu a presença dos munícipes. Referiu que a Câmara tem que servir melhor os seus munícipes, é uma constatação de todos, e não é um problema de hoje, infelizmente é de há muitos anos, razão pela qual há que encará-lo de frente e resolvê-lo. É necessário fazer o diagnóstico mas também encontrar soluções, e não continuar a dizer que está mal, embora haja razão. O problema está em não se

arranjarem soluções para alguns dos problemas ao longo dos anos. Foram encontradas soluções pelos anteriores autarcas mas não chega, há que fazer mais. Nos dois últimos meses tem colaborado, mas tem a sensação de que não chega o que se tem feito, embora esteja contente. Mas questiona-se se vale a pena, face ao tempo que falta para o fim do mandato. O executivo com pelouros tem-lhe dado todo o apoio e não lhe tem colocado entraves, mas fazer a mudança é complicado, passar da identificação do problema para a solução não é fácil. Há tantos problemas que têm que se encontrar soluções.

- ⇒ O PEM tem múltiplos objetivos, um deles é criar as condições internas para a criação do modelo das soluções, deixando de ser “bombeiro”. Pensa que o PEM deu um contributo para isso, e talvez mais tarde se reconheça.

O segundo grande objetivo do PEM é ser uma plataforma de comunicação dos que estão na Câmara com as populações.

Cada vez mais todos estão convencidos de que devem partilhar soluções com as populações e não ficarem fechados.

O terceiro grande objetivo do PEM é ajudar a encontrar soluções. Por exemplo, a educação: foi dito que as atividades escolares se fariam em dois meses, foi em menos, em cerca de mês e meio. Já está a funcionar, embora neste ano letivo ainda só por Multibanco. A adesão foi muito boa, apesar de o ano letivo estar quase a terminar. Houve cerca de 250 adesões. Esteve no GAM para sentir a sensibilidade e não houve más reações, todos reagiram bem.

A equipa do PEM não substitui a DCD, interage com todos nas áreas de atividade da Câmara, e em conjunto encontra soluções. Desenharam uma solução, ultrapassaram os problemas e puseram-na a funcionar. Até poderia ser feito num mês, mas a regra do PEM é que não interfira com o normal funcionamento da Câmara.

O PEM não substitui ninguém, ajuda a resolver, com os contributos que vêm de todos.

- ⇒ Por fim, deixou o convite para a realização de mais uma sessão do PEM, hoje, às 21:00 horas, no Edifício da Resinagem, com um convidado que irá falar sobre o projecto “Bike”, do IPL.

**A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira disse o seguinte:**

- ⇒ Cumprimentou todos e referiu que ia responder às questões que lhe foram colocadas dentro do tempo destinado.

- ⇒ Lembrou que se está no mês de prevenção dos maus tratos das crianças, cujas comemorações começaram no passado dia 12, no Parque da Cerca, com várias atividades, e que contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta do Primeiro Ministro e mais entidades. Nesse dia foi também lançado o folheto da CPCJ da Marinha Grande, que divulga as suas ações, e que a Sr.ª Vereadora distribuiu a todos os membros do executivo. Distribuiu também a todos um laço azul, que é o símbolo do movimento internacional.

- ⇒ Distribuiu ainda o programa das comemorações do 25 de abril e referiu que por isso se escusava de falar dele.
- ⇒ Deu os parabéns à APD e ao Nuno Saraiva, e especialmente à D. Emília, que é uma exemplar cidadã do concelho, que vem apresentar os problemas, porque se todos se comportassem de forma exemplar não seria necessário aqui vir e teríamos um concelho melhor.
- ⇒ Relativamente às dificuldades nas escolas pediu ao Sr. Vereador Aurélio que identificasse a escola em causa, tendo este respondido que é a escola da Várzea. Disse que estranha, porque esta escola tem uma boa cozinheira, que esteve de baixa mas já voltou e por isso pensa que o problema esteja resolvido. É verdade que as pessoas das empresas não têm formação, e lamentavelmente pagam às pessoas os valores que já aqui foram apontados. A Câmara contrata com a empresa, e a contratação pública obriga a contratar ao mais baixo preço, e esta é uma situação que a Câmara não consegue resolver. Por outro lado a necessidade das pessoas leva-as a aceitarem estes valores. Combater esta realidade é tomar medidas diferentes para o próximo ano letivo, porque este ano já não há alternativa.
- ⇒ Agradeceu o contributo do Sr. Vereador Carlos Logrado no aspeto do PEM na área da educação, referindo que houve uma grande adesão.
- ⇒ Creche – foi um processo iniciado no mandato de 2009/2013, após a cedência do edifício da antiga IVIMA à CMMG. Quando terminou o seu mandato, deixou um projeto de arquitetura, reuniões com a Segurança Social para adequação desse projeto às necessidades e um acordo com uma instituição social do concelho. Agora que regressou há cerca de seis meses, tem vindo a estabelecer contactos com a Segurança Social para se tentar mapear algum apoio do Portugal 2020, caso seja possível para esta área. Também tem vindo a falar com a ADESER, para continuar a contar com o seu interesse no funcionamento da creche.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu novamente os elementos do PEM, porque não consegue aceder à página de internet.

Referiu ainda que na sua opinião a questão das escolas pode ser resolvida com a inclusão de cláusulas no caderno de encargos.

**Às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Não deu nenhuma entrevista ao Jornal da Marinha Grande, foi apenas ao programa do Carlos Carvalho, no RCM, cuja participação foi transcrita para o jornal, que fez este título.  
De seguida leu uma das perguntas que lhe foi feita e a resposta que deu, sobre a piscina e o mercado. Enumerou as obras que irão ser iniciadas até ao final do mandato, e disse que em nenhuma destas respostas se infere aquilo que está no jornal, porque não disse que a piscina era para 2017.

O que cada um retira daquilo que cada um diz é livre de o fazer. Não o ofenderam por isso não tinha que fazer qualquer desmentido. Aliás, até considera que depois o jornal se desmente a si próprio.

- ⇒ Fontenários – alguns estão ligados à rede pública e as águas são analisadas, os outros não, e até deviam ser fechados. Vai pedir aos serviços para darem uma volta às situações, para se ver a colocação das placas informativas.
  - ⇒ Rua Arala Pinto – a ciclovía visa incentivar o uso da bicicleta. É provável que a paragem da TUMG desvie um pouco, mas nos estacionamento que estão a ser feitos reservar-se-ão os dois lugares para os táxis. Estão a ser feitas as caldeiras para as árvores, o estacionamento está a ser reorganizado e os táxis vão-se manter e será colocada a placa indicativa.
  - ⇒ Escolas – as pequenas reparações estão delegadas na Junta de Freguesia, que está a cumprir. Para a Câmara ficaram as grandes obras, que exigem levantamento, execução de projeto e depois concurso, e por isso demoram mais tempo.
  - ⇒ Espera que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira lhe envie a lista das preocupações da população da Garcia, à semelhança do que fez com a Comeira. Tem pena que não lhe tenha feito chegar na altura da elaboração do Orçamento, porque seriam integradas.
- Disse ainda que parece que só a CDU e o MpM é que ouvem as populações, quando a Câmara, com o PEM, também o faz.
- O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou dizendo que não é a mesma situação, porque não podem atuar.
- Seguiu-se uma troca de palavras entre o Sr. Presidente e o Sr. Vereador.

**O Sr. Presidente prosseguiu respondendo o seguinte:**

- ⇒ Manutenção dos parques da cidade – se há uma preocupação por parte dos serviços é a manutenção do Jardim Luís de Camões, do Parque da Cerca e do Parque Mártires do Colonialismo, só que há falta de civismo, com atos de vandalismo.
- ⇒ Casas das matas – é um crime haver pessoas sem casas e estas estarem degradadas. Visitou, com a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra, duas das casas. Não são as matas que mandam nelas, só as gerem, porque pertencem ao Património do Estado. Lembrou uma candidatura que houve em tempos, mas que depois foi abaixo com um novo Governo.
- ⇒ Portugal 2020 – há reuniões pedidas para o mapeamento das candidaturas. Há uma candidatura ao POSEUR para o saneamento da Amieira, Pedrulheira e Picassinós, e está-se a trabalhar nos projetos.
- ⇒ PEM – já foi respondido.
- ⇒ Escolas e ementas – a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Cidália já informou.
- ⇒ Por fim salientou as comemorações dos 25 anos da Convenção dos direitos das crianças e a presença dos convidados, Dr. Armando Leandro e Secretária de Estado Adjunta do Primeiro Ministro. No mesmo dia foi também inaugurado o Centro de Acolhimento a Adolescentes, que se situa no Parque Municipal de Exposições.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Agradeceu a todos os participantes, funcionários e escolas, bem como ao Jornal da Marinha Grande e à Rádio Clube Marinhense, que fizeram um destaque destas comemorações.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:25 horas às 11:40 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 9, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 29 DE MARÇO DE 2016**

211 - Presente a ata n.º 9, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 29 de março de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 10, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 31 DE MARÇO DE 2016**

212 - Presente a ata n.º 10, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 31 de março de 2016, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**4 - REQ. N. 406/16, DATADO DE 17/03/2016 – PC N.º 77/16, DATADO DE 09/03/2016 – CARLOS MANUEL VARGES PINTO**

213 - Presente requerimento n.º 406/16, datado de 2016/03/17, constante do processo camarário n.º 77/16, subscrito por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531 e por **MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES**, com o NIF 216914523, ambos residentes na Rua da Paz a Picassinos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Ampliação de habitação unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.307, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 5.867, da referida freguesia de Marinha Grande.  
Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/04/11, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “*Ampliação de habitação unifamiliar*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 16.307, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 5.867, da referida freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 77/16, com data de entrada em 2016/03/09, apresentado por **CARLOS MANUEL VARGES PINTO**, com o NIF 216914531 e por **MARIA DE LURDES FERREIRA FERNANDES**, com o NIF 216914523, ambos residentes na Rua da Paz a Picassinos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, com o condicionalismos da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 380/16, DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 87/16, DATADO DE 11/03/2016 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**

214 - Presente requerimento n.º 380/16, datado de 2016/03/11, constante do processo camarário n.º 87/16, subscrito por **DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**, com o NIF 220962529, residente na Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dto., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de edificações existentes*”, localizadas num prédio urbano sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.º 11.929, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.141.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/03/31, que refere que o projeto de demolição apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE o pedido de licenciamento da obra de *“Demolição de edificações existente”*, localizadas num prédio urbano sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os n.º 11.929, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 1.141, com o número de processo 87/16, com data de entrada em 2016/03/11, apresentado por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, residente na Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dto., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o devido encaminhamento dos entulhos provenientes da demolição, sendo obrigatório efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD's), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03, sendo o transporte de resíduos de construção e demolição, acompanhado das respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes do Anexo I ou II da Portaria n.º 417/2008, de 11/06.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**6 - REQ. N. 377/16, DATADO DE 11/03/2016 – PC N.º 84/16, DATADO DE 11/03/2016 – DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES**

215 - Presente requerimento n.º 377/16, datado de 2016/03/11, constante do processo camarário n.º 84/16, subscrito por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, residente na Avenida 1.º de Maio, n.º 189-A, 2.º Dto., freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de *“Demolição de edificações existentes”*, localizadas num prédio urbano sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.759, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.702.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/03/31, que refere que o projeto de demolição apresentado se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Demolição de edificações existente*”, localizadas num prédio urbano sito na Rua Mariana Barosa, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19.759, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 19.702, com o número de processo 84/16, com data de entrada em 2016/03/11, apresentado por DÉLIO DOMINGOS DE JESUS FERNANDES, com o NIF 220962529, residente na Avenida 1.ª de Maio, n.º 189-A, 2.ª Dto., freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente o devido encaminhamento dos entulhos provenientes da demolição, sendo obrigatório efetuar e manter o registo de dados dos resíduos de construção e demolição (RCD's), de acordo com o modelo constante no Anexo II do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03, sendo o transporte de resíduos de construção e demolição, acompanhado das respetivas guias de acompanhamento de resíduos, de acordo com os modelos constantes do Anexo I ou II da Portaria n.º 417/2008, de 11/06.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 248/16, DATADO DE 23/02/2016 – PC N.º 375/15, DATADO DE 13/10/2015 – CAMINHOS DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS UNIPESOAAL, LDA.**

216 - Presente requerimento n.º 375/15, datado de 2015/10/13, constante do processo camarário n.º 375/15, subscrito por CAMINHOS DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS UNIPESOAAL, LDA., com o NIPC 510935141, com sede na Rua de Graminheira, n.º 28, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Madressilvas, n.º 19, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.683 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.171, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação de câmara datada de 2015/12/10.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2016/03/14, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de “*Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Madressilvas, n.º 19, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.683 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 3.171, com o número de processo 375/15, com data de entrada em 2015/10/13, apresentado por CAMINHOS DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC 510935141, com sede na Rua de Graminhira, n.º 28, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
3. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na frente do prédio confinante com a Rua das Madressilvas e a Travessa das Madressilvas, com um raio de curva de concordância de 7,00m.
4. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 244,00m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a Travessa das Madressilvas e Rua das Madressilvas, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Implantação (retificada)*” - “*Desenho n.º 5a*”, datada de novembro de 2015, entregue a coberto do requerimento n.º 1708/15, datado de 2015/11/17, ficando a emissão da autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 1750/15, DATADO DE 23/11/2015 – PC N.º 452/13, DATADO DE 09/12/2013 – AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA**

217 - Presentes requerimentos n.º 2010/13, n.º 258/14, n.º 342/14, n.º 1153/14, n.º 1669/14 e n.º 1750/15, registados em 2013/12/09, 2014/02/25, 2014/03/10, 2014/07/31, 2014/10/31 e

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

2015/11/23, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 452/13, com registo de entrada em 2013/12/09, referente a pedido de **licenciamento de alteração de uso de edifício de habitação e comércio para habitação – moradia, licenciamento (legalização) de obras de alteração da edificação e de obras de construção de anexo (legalização)** concretizadas no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 675 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 3.359, apresentado por **AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA**, com o NIF 105652938, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujos projetos das especialidades foram aprovados na reunião de Câmara Municipal de 2014/02/20.

Presente parecer técnico datado de 2016/03/09, que atesta encontra-se o projeto de arquitetura apto para aprovação;

**Após a análise do pedido de licenciamento de alteração de uso de edifício de habitação e comércio para habitação – moradia, licenciamento (legalização) de obras de alteração da edificação e de obras de construção de anexo (legalização) concretizadas no prédio sito na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 675 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 3359, respeitante ao processo n.º 452/13, com registo de entrada em 2013/12/09, apresentado por AMÉRICO AZEVEDO PEREIRA, com o NIF 105652938, residente na Rua Manuel Dinis Parreira, n.º 16, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.**

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 – Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
- 4 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 293/16, DATADO DE 01/03/2016 – PC N.º 65/16, DATADO DE 01/03/2016 –  
JOSÉ TELMO LEMOS DOS SANTOS**

218 - Presente requerimento n.º 293/16, datado de 2016/03/01, subscrito por **JOSÉ TELMO LEMOS DOS SANTOS**, com o NIF 102452997, com morada em Rua Ilídio Oliveira Guerra, n.º 41, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, constante do processo camarário n.º 65/16, referente ao pedido de emissão de certidão de destaque de parcela, a incidir sobre o prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 353, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 619 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8996, com a área total de 1830,00m<sup>2</sup>, confrontando a nascente com Avenida José Gregório e confrontando a poente com Rua dos Outeirinhos, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sendo que do prédio são cedidos ao domínio público 170,00 m<sup>2</sup>, para alargamentos dos arruamentos confinantes, passeios e estacionamento, já executados.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2016/03/24, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 815,00m<sup>2</sup>, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

**Após análise da pretensão, bem como o referido parecer técnico datado de 2016/03/24, a Câmara delibera MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto- Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 815,00m<sup>2</sup>, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio misto descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 353, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 619 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8.996, com a área total de 1830,00m<sup>2</sup>, se situa no perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público, sendo que a parcela a destacar confronta a nascente com Avenida José Gregório e a parcela remanescente, com 845,00 m<sup>2</sup>, confronta a poente com Rua dos Outeirinhos.**

**Mais delibera que na certidão a emitir deve constar:**

**a) A indicação de que do prédio originário é cedido ao domínio público a área de 170 m<sup>2</sup> para alargamentos dos arruamentos confinantes, passeios e estacionamento, já executados pela Câmara Municipal da Marinha Grande.**

**b) Cada parcela apresenta-se vinculada ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado Urbano da Marinha Grande - Restante Área Urbana, pelo n.º 8 do artigo 5º do regulamento do PDMMG em vigor, nomeadamente à densidade habitacional máxima de 30 fogos por hectare, índice de construção bruto de 0,6, cêrcea**

máxima de 3 pisos ou 9,50 m de altura, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50,00 m<sup>2</sup> de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

c) A obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 211/16, DATADO DE 12/02/2016 – PC N.º 189/15, DATADO DE 08/06/2015 – FERNANDO GOMES CARVALHO DA ANUNCIAÇÃO**

219 - Presente pedido com o registo n.º 211/16, datado de 12/02/2016 relativo a **instalação de estabelecimento de restauração e bebidas** no edifício sito na Rua da Boavista n.º 9—A Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7784 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4520, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 189/15, com data de entrada de 08/06/2015, apresentado por **FERNANDO GOMES CARVALHO DA ANUNCIAÇÃO**, com o NIF 187 144 133, residente na Rua Hélder Luciano Roldão, n.º 15, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 08/04/2016, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **instalação de estabelecimento de restauração e bebidas** no edifício sito na Rua da Boavista n.º 9—A Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7784 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4520, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 189/15, com data de entrada de 08/06/2015, apresentado por **FERNANDO GOMES CARVALHO DA ANUNCIAÇÃO**, com o NIF 187 144 133, residente na Rua Hélder Luciano Roldão, n.º 15, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também

a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

4 – Nos termos do artigo 94.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 - REQ. N. 388/16, DATADO DE 14/03/2016 – PC N.º 102/2016, DATADO DE 14/03/2016  
– CARLOS ALBERTO SANTOS GODINHO**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** perguntou se foi instaurado processo de contraordenação e quais as diligências após o embargo.

O **Sr. Presidente** solicitou a presença da **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, que informou que há um embargo e um processo de contraordenação, e agora o requerente tem que vir repor a legalidade.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta de deliberação:**

220 - Presente requerimento n.º 388/16, datado de 2016/03/14, constante do processo camarário n.º 102/2016, subscrito por **CARLOS ALBERTO SANTOS GODINHO**, com o NIF 188023534, com residência no lugar de Roda da Estrada, freguesia de Cernache do Bonjardim, concelho de Sertão, referente ao pedido de **atribuição de número de polícia** para edifício existente, localizado num prédio urbano sito na Travessa dos Falcões, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4929 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2060 da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, em área integrada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC) e abrangida pela servidão da margem das águas do mar.

Presente informação dos serviços datada de 2016/03/30, referindo a execução de obras no referido prédio, sem terem sido precedidas do correspondente licenciamento municipal, tendo sido objeto de embargo em 2016/03/28.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/04/11, que refere que as obras em causa configuram um procedimento de alteração na configuração exterior de um imóvel localizado em área sujeita a servidão administrativa, obrigando ao procedimento de

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

licenciamento previsto na alínea h) do n.º 2 do art. 4.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/099, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Após a análise da pretensão referente ao pedido de atribuição de número de polícia para edifício existente, localizado num prédio urbano sito na Travessa dos Falcões, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4929 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2060 da freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, em área integrada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC) e abrangida pela servidão da margem das águas do mar, com o número de processo 102/2016, com data de entrada de 2016/03/14, apresentado por CARLOS ALBERTO SANTOS GODINHO, com o NIF n.º 188023534, com residência no lugar de Roda da Estrada, freguesia de Cernache do Bonjardim, concelho de Sertã, bem como do parecer técnico datado de 2016/04/11, a Câmara Municipal, delibera notificar o requerente para, no prazo de 120 dias, proceder à apresentação de processo para legalização das obras realizadas sem o prévio licenciamento municipal, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 102.º e n.º 1 do art. 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/099, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, devendo para o efeito obter prévia autorização de utilização dos recursos hídricos, a emitir pelo Ministério do Ambiente (Agência Portuguesa do Ambiente), nos termos do art. 62.º da Lei da Água – Lei n.º 58/2005, de 29/12, sendo requerida nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, visto o prédio em causa se encontrar localizado em área urbana integrada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar-Marinha Grande (POOC) e abrangida pela servidão da margem das águas do mar (art. 21.º da Lei que Estabelece a Titularidade dos Recursos Hídricos – Lei n.º 54/2005, de 15/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 162/16, DATADO DE 03/02/2016 – PC N.º 342/15, DATADO DE 23/09/2015 – FLÁVIO CARDOSO RELVA

Aproveitando a presença da **Dr.ª Inês Marrazes** na reunião, foram esclarecidas as questões colocadas relativamente à área objeto de demolição.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** chamou a atenção para a necessidade de a Câmara ser mais eficaz no controlo do cumprimento da decisão de demolição por parte de requerente.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta de deliberação:**



221 - Presente processo camarário relativo à “*Comunicação do início de trabalhos, de obras isentas de controlo prévio*”, a que foi atribuído o número de processo 342/15, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Álvaro Barros, n.º 5, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 18370, e inscrito na matriz sob o artigo n.º 3.507, apresentado por Fávio Cardoso Relva, NIF n.º 244098271, com residência na Rua da Loureira, n.º 111, lugar de Conqueiros, freguesia de Souto da Carpalhosa, concelho de Leiria.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2016/02/29, referindo a existência no prédio em causa, de uma área de implantação/construção, levada a efeito sem o prévio licenciamento municipal, verificada através dos dados constante da planta de implantação anexa ao processo, não sendo possível legitimar a sua legalização, pelo facto da área máxima permitida para anexos, de acordo com o n.º 6 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, tendo em conta a área do prédio, já se encontrar excedida, face à área anteriormente licenciada através do processo camarário n.º 417/1952.

**A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2016/02/29, e:**

- Considerando que para o prédio em causa, se encontram licenciadas, pelo processo camarário n.º 32/1948, em nome de Maria da Conceição Duarte, a obra de “Construção de uma moradia”, levada a efeito através da licença de obras n.º 168/1948, emitida em 8 de julho de 1948, pelo processo camarário n.º 665/1951, em nome de Maria da Conceição Duarte, a obra de “Alteração de moradia”, levada a efeito através da licença de obras n.º 182/1952, emitida em 10 de julho de 1952 e pelo processo camarário n.º 417/1952, em nome de Maria da Conceição Duarte, a obra de “Construção de anexos”, levada a efeito através da licença de obras n.º 181/1952, emitida em 10 de julho de 1952;
- Considerando que no processo relativo à “*Comunicação do início de trabalhos, de obras isentas de controlo prévio*”, consta “Levantamento topográfico” com representação de uma área de implantação do anexo de apoio à habitação, com 72,85m<sup>2</sup>, superior à área de implantação do anexo anteriormente licenciado com 23,17m<sup>2</sup>;
- Considerando que, nos termos do disposto no n.º 6 do art. 5.º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, a área máxima permitida para anexo não poderá exceder 5% da área do prédio, sendo que, para a área do prédio de 487,50m<sup>2</sup>, a área máxima de anexos não poderá ser superior a 24,38m<sup>2</sup>;
- Considerando verificar-se assim a existência de uma área de construção de anexos, superior à área máxima permitida pelo regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, sem que a mesma tenha sido precedida do respetivo licenciamento municipal, não sendo possível proceder à sua legalização por violar os parâmetros definidos no n.º 6 do seu art. 5.º;
- Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 102.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/099, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, os órgãos administrativos competentes estão obrigados a adotar as medidas adequadas de tutela e

**restauração da legalidade urbanística quando sejam realizadas obras em desconformidade com os respetivos atos administrativos de controlo prévio;**

**Delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do art. 102.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/09, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09 (RJUE), determinar a demolição da área do anexo que excede a área licenciada e a área máxima permitida no Plano Diretor Municipal, e notificar o interessado para, no prazo de 30 dias a contar da data de notificação, apresentar o competente processo de licenciamento da demolição a executar, de acordo com o previsto na alínea f) do n.º 2 do art. 4.º do referido regime jurídico.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N. 445/16, DATADO DE 24/03/2016 – PC N.º 261/15, DATADO DE 31/07/2015 – ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS**

222 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 445/16, datado de 24/03/2016, apresentado por **ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS**, com o NIF 119892596, com morada em Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua 1.º de Dezembro, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 816/91 e objeto de licenciamento de obras de demolição no âmbito do processo camarário n.º 261/15.

Presente parecer técnico datado de 31/03/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua 1.º de Dezembro, Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de por **ERMELINDA PEREIRA FERREIRA SAPATEIRO MATIAS**, com o NIF 119892596, com morada em Rua Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

- 1) Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

- 2) Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N. 436/16, DATADO DE 23/03/2016 – PC N.º 98/16, DATADO DE 23/03/2016**  
**– MARIA CARQUEIJEIRO PIMENTA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**

223 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 436/16, datado de 23/03/2016, apresentado por **MARIA CARQUEIJEIRO PIMENTA - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE**, com o NIF 741916282, representado por Fernando Pimenta Letra, na qualidade de cabeça de casal, com o NIF 110333624 com morada em Travessa dos Vidreiros, n.º 1, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua dos Outeiros, n.º 13, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração licenciadas no âmbito dos processos 1936/65 e 873/79, tituladas respetivamente pelos alvarás de construção n.º 375, emitido em 11/08/1965 e alvará n.º 1283, emitido em 13/09/1979, e objeto de obras de reparação de 3 janelas, a que corresponde o processo camarário n.º 1330/1975.

Presente parecer técnico datado de 04/04/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua dos Outeiros, n.º 13, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de MARIA CARQUEIJEIRO PIMENTA, representada por Fernando Pimenta Letra, na qualidade de cabeça de casal, com o NIF 110333624 com morada em Travessa dos Vidreiros, n.º 1, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande com a seguinte composição:**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

1) **Membros efetivos**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

2) **Membros suplentes**  
**Engenheiro Rui Vicente**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Carlos Duarte**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**15 - REQ. N. 494/16, DATADO DE 01/04/2016 – PC N.º 107/16, DATADO DE 01/04/2016 – CARLOS MANUEL DE SOUSA FERNANDES E ROBERTO CARLOS DE SOUSA FERNANDES**

224 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 494/16, datado de 01/04/2016, apresentado por **CARLOS MANUEL DE SOUSA FERNANDES**, com o NIF 176182560, com morada em Rua de Moçambique, n.º 25, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, representado por Paulo Rio Carvalho, com domicílio profissional na avenida Marquês de Pombal, n.º 460, apartado 4038, 2410-152 Leiria e **ROBERTO CARLOS DE SOUSA FERNANDES**, com o NIF 193487454, com morada em Rua Verde Pino, n.º 11, Amor, freguesia de amor e concelho de Leiria, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Principal, n.º 16. Pinhal Manso - Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito dos processos n.ºs 273/71, 979/72 e 1381/74.

Presente parecer técnico datado de 05/04/2016, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Principal, n.º 16. Pinhal Manso - Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de CARLOS MANUEL DE SOUSA FERNANDES, com o NIF 176182560, com morada em Rua de Moçambique, n.º 25, Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, representado por Paulo Rio Carvalho,**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

com domicílio profissional na avenida Marquês de Pombal, n.º 460, apartado 4038, 2410-152 Leiria e ROBERTO CARLOS DE SOUSA FERNANDES, com o NIF 193487454, com morada em Rua Verde Pino, n.º 11, Amor, freguesia de amor e concelho de Leiria, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**  
Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Delibera, ainda, recomendar que a Comissão de Vistoria tenha atenção à reclamação sobre a existência de muros de vedação pouco sólidos, a que se refere o requerimento registado sob o n.º E/560/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - I/537/2011 : SEGURANÇA DE PROPRIEDADES PARTICULARES – CASAS DEGRADADAS, AV.ª 1.ª DE MAIO, 58 E 60 – HERANÇA DE JOSÉ DOS SANTOS LOPES, E DE OLÍMPIA CARVALHO PEREIRA DA QUITÉRIA LOPES – DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA DE VERIFICAÇÃO.**

225 - Considerando que, por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 21/02/2013 foi determinada a realização de vistoria urgente aos prédios sitos na avenida 1.ª de Maio, n.ºs 58 e 60, Marinha Grande, inseridos na herança de José dos Santos Lopes e de Olímpia Carvalho Pereira da Quitéria Lopes, cujos atuais herdeiros são Ricardo José Pereira Lopes, com morada na Rua de S. Félix, n.º 27, 3.ª, Lisboa e Anabela Pereira Lopes de Faria, com morada em Rua José dos Santos Lopes de Faria, n.º 23, Arrabal, Leiria.

Considerando que, realizada a vistoria em 18/03/2013, a Câmara Municipal apreciou o conteúdo do respetivo auto e por deliberação tomada em reunião de 20/02/2014, a Câmara determinou aos herdeiros o do prédio a execução de trabalhos que conduzissem à redução dos potenciais riscos de perigosidade decorrentes das más condições gerais de segurança e salubridade do edifício, designadamente:

- 1 – Demolição dos anexos;
- 2 – Encerramento dos vãos dos edifícios principais, com panos de alvenaria de tijolo assentes com argamassa de cimento e areia ao traço 1:4 ou 1:5;
- 3 – Encerramento da cobertura das chaminés e outros ductos verticais, impedindo a entrada direta da água das chuvas;
- 4 – Reparação e consolidação dos elementos salientes das fachadas (beirados e cornijas), evitando a sua queda sobre a via pública e potencial degradação do edifício;
- 5 – Reparação das coberturas, incluindo reparação da estrutura de suporte da cobertura e substituição de telhas danificadas ou ausentes por outras idênticas ou semelhantes;
- 6 – Picagem e revestimento a reboco de argamassa bastarda de cal, cimento e areia, ao traço 1:2:9 ou similar, das fachadas das edificações.

Considerando que os supra mencionados herdeiros foram notificados do teor da deliberação camarária, através dos ofícios n.º S/2070/2014 e S/2071/2014, datados de 13/06/2014.

Considerando que, na sequência de pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da notificação, apresentado por Anabela Lopes, a que corresponde o requerimento registado sob o n.º E/7991/2014, de 07/10/2014, por deliberação camarária tomada na reunião de 18/09/2014, foi concedida prorrogação de prazo por um mês, para realização de todos os trabalhos determinados.

Considerando que se torna necessária a realização de vistoria para verificação do cumprimento da deliberação camarária tomada na reunião de 18/03/2013

Considerando que não é possível a realização de vistoria de verificação pela anterior Comissão de Vistorias, pela impossibilidade de se manter a mesma composição, em virtude de um dos seus membros ter deixado de exercer funções nesta Autarquia,

**A Câmara Municipal delibera:**

**Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE NOVA VISTORIA ao imóvel sito em Avenida 1.ª de Maio, n.ºs 58 e 60, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação do cumprimento da execução dos trabalhos determinados por deliberação camaria tomada na reunião de 18/03/2013, e a eventual eliminação dos riscos e perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, e, caso se mostre necessário, identificar as condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários, devendo, ainda, ser avaliada a eventual necessidade de intervenção direta municipal.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

**DETERMINAR** que a vistoria seja realizada no dia 29/04/2016, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

Engenheira Cristina Silva  
Arquiteto Alexandre Fava  
Dra. Eunice Marques

**Membros suplentes:**

Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Ricardo Santos  
Engenheiro Vasco Fernandes

**NOTIFICAR** da presente deliberação, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.º 2 e 3 do citado artigo 90.º, os herdeiros de José dos Santos Lopes e de Olimpia Carvalho Pereira da Quitéria Lopes, Ricardo José Pereira Lopes, com morada na Rua de S. Félix, n.º 27, 3.º, Lisboa e Anabela Pereira Lopes de Faria, com morada em Rua José dos Santos Lopes de Faria, n.º 23, Arrabal, Leiria, co-proprietários do imóvel objeto da vistoria.

**INFORMAR** os herdeiros que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 534/16, DATADO DE 07/04/2016 – PC N.º 142/2016, DATADO DE 07/04/2016 – SALOMÉ CRISTINA LOPES DE MATOS

226 - Presente requerimento registado sob o n.º 534/16, datado de 07/04/2016, apresentado por **SALOMÉ CRISTINA LOPES DE MATOS**, com o NIF 202244890, residente em Travessa da Paz – Condomínio Santa Bárbara, n.º 5D, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de arrendatária do referido imóvel, através do qual é solicitada uma vistoria, face à alegada existência várias anomalias, existência de infiltrações e de bolor  
Presente parecer dos serviços, datado de 08/04/2016, sobre o assunto.

**Após análise pedido e da informação datada de 08/04/2016, a Câmara Municipal delibera:**

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, **DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA** ao imóvel sito em Travessa da Paz – Condomínio Santa Bárbara, n.º 5D, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade Bruno Miguel Félix Vieira Pedro, com o NIF 211456780 e de Teresa de Jesus Martins Pinheiro Pedro, com o NIF 200121197, residentes

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

em Rua da do Brejo, n.º 8, Brejo, 2400-764 Amor, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pela proprietária.

**DETERMINAR** que a vistoria seja realizada no dia 28/04/2016, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

**Membros efetivos:**

**Engenheiro Rui Vicente**

**Arquiteto Ricardo Santos**

**Engenheiro Vasco Fernandes**

**Membros suplentes:**

**Engenheira Cristina Silva**

**Arquiteto Alexandre Fava**

**Dra. Eunice Marques**

**NOTIFICAR** a requerente bem como os proprietários do imóvel, da realização da vistoria, convocando-as para estarem presentes na mesma.

**INFORMAR** a requerente, bem como os proprietários, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**18 - REQ. N. 112/16, DATADO DE 27/01/2016 – PC N.º 28/2016, DATADO DE 27/01/2016 – SILVIA MÓNICA RIBEIRO PEREIRA**

227 - Presente requerimento registado sob o n.º 112/16, datado de 27/01/2016, apresentado por **SILVIA MÓNICA RIBEIRO PEREIRA**, com o NIF 222845732, residente em Rua da Portela, n.º 94, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de arrendatária do referido imóvel, através do qual é solicitada uma vistoria, face à alegada existência várias anomalias, designadamente, existência de infiltrações de água e de bolor.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 18/02/2016, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art. 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder



à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas.

Presente Auto de Vistoria datado de 14/03/2016, referente à vistoria realizada em 02/03/2016, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

**Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, respeitante ao imóvel sito em Rua da Portela, n.º 94, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade da herança aberta por óbito de António do Rosário Mendes Capela, cuja cabeça de casal é Maria do Fetal Coelho, com o NIF 121582094, residente em Rua da Portela, n.º 96, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto no n.º 2 do art. 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09 a Câmara delibera:**

**1 - Determinar a notificação da D. Maria do Fetal Coelho, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de António do Rosário Mendes Capela, para, no prazo de 30 dias, promover a execução das obras necessárias a eliminar as anomalias existentes no imóvel sito em Rua da Portela, n.º 94, freguesia e concelho de Marinha Grande, designadamente:**

**a) Deterioração dos revestimentos da parede e pavimento do compartimento destinado a quarto, que apresenta sinais evidentes de infiltrações de água ao nível da parede voltada a Ponte, resultantes da existência de um tubo de queda de águas pluviais existente no logradouro da edificação, com escoamento de águas a ser feito na zona exterior da parede do quarto, a uma cota exterior superior à cota do pavimento da edificação;**

**b) Existência de uma telha de beirado partida, permitindo eventuais humidades na parede interior norte da sala;**

**c) Produção de ruído aparentemente incomodativo pelo funcionamento do extrator existente – “CK-60F”, com saída de gases e vapores no cimo da chaminé algo obstruída.**

**2 – Recomendar à inquilina do imóvel, Sra Sílvia Pereira, a promover uma adequada utilização do imóvel, através de uma limpeza, arrumação e renovação do ar adequadas e, sempre que possível, controlo da humidade;**

**3 – Dar conhecimento à reclamante, inquilina do imóvel sito em Rua da Portela, n.º 94, freguesia e concelho de Marinha Grande, das diligências mencionadas no ponto 1.**

**4 – Dar conhecimento à Autoridade de Saúde da presente deliberação.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**19 - REQ. N. 1828/07, DATADO DE 16/05/2007 – PC N.º 325/07, DATADO DE 16/05/2007 – MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, JÚLIA DE JESUS BRIGIDA E JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**

228 - O presente processo, com o n.º 325/07, registado em 2007/05/16, refere-se ao pedido de licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação

proposto para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.366 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 16.450, apresentado por **MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO**, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, **JOSÉ MATEUS ÓRFÃO**, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JÚLIA DE JESUS BRIGIDA**, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria e por **JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária datada de 2008/05/29.

Presente informação técnica datada de 2016/03/29, sobre o limite do prazo para **para apresentação dos projetos de especialidades**, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:**

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2008/05/29, foi deferido o projeto de arquitetura, do processo camarário n.º 325/2007, registado em 2007/05/16, referente ao pedido de pedido de **licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação** proposto para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 e inscrito na matriz predial urbana sob artigo 16.450;
- Os titulares do processo de licenciamento, **MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO**, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, **JOSÉ MATEUS ÓRFÃO**, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JÚLIA DE JESUS BRIGIDA**, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria e **JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, foram regularmente notificados pelo ofício n.º 1029, datado de 2008/06/03, com receção ocorrida em 2008/06/05, sobre o deferimento do projeto de arquitetura;
- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 2008/12/06;
- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mencionado artigo 20.º do RJUE terminou em 2009/06/06.

- O decurso dos prazos mencionados sem que sejam apresentados os projetos de especialidades implica a declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura;

**Delibera, NOTIFICAR os requerentes, MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, Freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria e JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, para, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA e n.º 6 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, em sede de AUDIENCIA PRÉVIA, no prazo de 15 dias, dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 325/07, registado em 2007/05/16, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação, para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 16.450, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**20 - REQ. N. 2150/08, DATADO DE 15/07/2008 – PC N.º 479/07, DATADO DE 24/07/2007 – MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, JÚLIA DE JESUS BRIGIDA E JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**

229 - O presente processo n.º 479/07, registado em 2007/07/24, refere-se ao pedido de licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação proposto para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 omisso na matriz, apresentado por **MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO**, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, **JOSÉ MATEUS ÓRFÃO**, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA**, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, e por **JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**, com

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, tendo o projeto de arquitetura sido aprovado por deliberação camarária datada de 2008/08/21.

Presente informação técnica datada de 2016/03/28, sobre o limite do prazo para o **requerente para apresentação dos projetos de especialidades**, nos termos do previsto no n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

**A Câmara Municipal analisou a referida informação e considerando que:**

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 2008/08/21, foi deferido o projeto de arquitetura, do processo camarário n.º 479/2007, registado em 2007/07/24, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação** proposto para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 e omissa na matriz;
- Os titulares do processo de licenciamento, **MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO**, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, **JOSÉ MATEUS ÓRFÃO**, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, **JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA**, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria e **JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA**, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, foram regularmente notificados pelo ofício n.º 1471, datado de 2008/08/26, com receção ocorrida em 2008/09/09, sobre o deferimento do projeto de arquitetura;
- O prazo de seis meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura previsto no n.º 4 do artigo 20.º Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, para que sejam apresentados os projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra terminou em 2009/03/10;
- O prazo de suspensão previsto no n.º 6 do mencionado artigo 20.º do RJUE terminou em 2009/09/10;
- O decurso dos prazos mencionados sem que sejam apresentados os projetos de especialidades implica a declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura;

**Delibera, NOTIFICAR os requerentes, MARIA SALOMÉ LUZ LOPES NEVES SERRANO, com o NIF 133258424, com residência em Casal do Guerra, Lote 2, freguesia e concelho de Leiria, JOSÉ MATEUS ÓRFÃO, com o NIF 129604372, com residência em Rua São Vicente, n.º 7, Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, JÚLIA DE JESUS BRÍGIDA, com o NIF 129604364, com residência em Rua São Vicente, n.º 7,**

Caranguejeira, freguesia de Caranguejeira e concelho de Leiria, JOAQUIM LUÍS DAS NEVES VIEIRA PEREIRA, com o NIF 117868078, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 15 r/ch d.to, freguesia e concelho de Leiria, para, nos termos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA e n.º 6 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA no prazo de 15 dias, dizerem, por escrito, o que se lhes oferecer sobre o projeto de declaração de caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 479/07, registado em 2007/07/24, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de bloco habitacional e muros de vedação, para o prédio localizado na Rua de Diu, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13366 e na matriz predial urbana sob artigo omissa, apresentado por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**21 - REQ. N. 472/15, DATADO DE 08/04/2015 – PC N.º 66/13, DATADO DE 13/03/2013 – ANA PAULA SANTOS NORTE**

230 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “**Ampliação de moradia existente**”, a que foi atribuído o número de processo 66/13, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1235 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **ANA PAULA SANTOS NORTE**, com o NIF 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 25, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2014/01/09.

Presente deliberação tomada na reunião de Câmara de 05/03/2015, na qual se determinou notificar a requerente para, em sede de audiência prévia, se pronunciar sobre a intenção de ser declarada a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura

Presente informação técnica datada de 16/04/2015, incidente sobre as alegações apresentadas em sede de audiência prévia, a coberto do requerimento n.º 472/15, de 08/04/2015, bem como o despacho de indeferimento do pedido, considerando que não foi apresentada qualquer justificação concreta para a falta de apresentação dos projetos de especialidades em falta.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 16/04/2015, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, ANA PAULA SANTOS NORTE, com o NIF 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 25, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2013/03/13, a “*Ampliação de moradia existente*”, a que foi atribuído o número de processo 66/13, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1235 da freguesia e concelho de Marinha Grande;
2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2014/01/09, comunicado através do ofício n.º 40/14, de 2014/01/13, rececionado em 2014/01/16;
3. Considerando que a requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja até 2014/07/17, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2015/01/17 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;
5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;
6. Considerando que, em sede de audiência prévia, a requerente não veio apresentar qualquer justificação concreta para a não apresentação dos projetos de especialidades;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, DECLARAR A CADUCIDADE DA deliberação camarária datada de 2014/01/09 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 66/13, referente ao pedido de licenciamento da obra “*Ampliação de moradia existente*”, incidente em prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1235 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por ANA PAULA SANTOS NORTE, com o NIF 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 25, lugar de Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, por não terem sido apresentados os projetos das especialidades dentro do prazo de 6 meses previsto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99,

de 16 de dezembro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro tendo sido ultrapassado o prazo de suspensão do processo, previsto no n.º 6 do mesmo artigo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**22 - E/1574/2016 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL- LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A**

231 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/1574/2016, datado de 04/01/2016, relativo ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., com o NIPC 502761024, para abertura de vala em 80,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida 1.º de Maio freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 07/03/2016, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnicos que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09: emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 80,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Avenida 1.º de Maio freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.
- b) Para o efeito, deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

**23 - REQ. N. 327/16, DATADO DE 07/03/2016 – PC N.º 84/2016, DATADO DE 07/03/2016  
– DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO CENTRO - PEDIDO DE PARECER  
RELATIVO À EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DE PRODUÇÃO INTENSIVA DE BOVINOS QUE A  
EMPRESA COMPOSTOS LIZ – ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS, LDA.**

Sobre este processo e o seguinte, o **Sr. Presidente** solicitou à **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, que prestasse alguns esclarecimentos.

A **Dr.ª Inês Marrazes** informou que foi pedido um parecer para a Conferência Decisória, que vai ser apresentado. A Câmara Municipal reconheceu o interesse público municipal, mas informou que viola o PDM. Agora, na Conferência Decisória, vai-se reforçar esse parecer de violação do PDM. Se neste caso a decisão for negativa, a consequência será o encerramento da atividade.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que deve ficar bem claro que a Câmara vai deliberar informar este parecer, uma vez que a Câmara não emite pareceres.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** entende que a Câmara não pode contribuir para o aumento do ruído que já se faz ouvir de que nenhum projeto do DL n.º 165/2014 vai ser legalizado, devendo bater-se pelo maior número de legalizações possíveis, embora com algumas restrições no que ponha em causa infraestruturas fundamentais em termos de linhas de água, bem como as de segurança e ambientais.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que tendo em conta que a Câmara reconheceu o interesse público municipal não concebe outra posição que não seja esta que aqui foi defendida.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que o técnico que vai representar a Câmara na Conferência tem que ir exprimir a posição do órgão. Concorda com a parte final da intervenção do Sr. Vereador Carlos Logrado, pois já houve um processo que votou contra, exatamente pelas questões ambientais.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** aconselhou que se faça uma comunicação sobre a posição política do órgão, para que não subsistam dúvidas.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** disse que reforçava tudo aquilo que foi dito, e mais, entende que os serviços deveriam entrar em contacto com as empresas para comunicar esta decisão da Câmara.

A **Dr.ª Inês Marrazes** informou que as empresas, que são as interessadas, também estão presentes na Conferência Decisória.



A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** sugeriu que seja acrescentada a esta deliberação e à seguinte a manifestação da disponibilidade da Câmara para, em conjunto com a empresa, ultrapassar os constrangimentos que se verifiquem em cada uma das situações.

Esta sugestão mereceu a concordância de todos.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu o seguinte:

*“Congratulo-me pelo facto de ter sido possível alcançar esta unanimidade, precisamente porque na implementação do D.L. 165/2014 verificou-se algum cepticismo na sua aplicabilidade ao ponto até de se aventar que foram criados critérios administrativos para restringir o acesso a algumas empresas.*

*Sabemos de antemão que critérios administrativos perante uma lei aprovada na Assembleia da República não têm qualquer valor, isto é, valor nulo.*

*Desde a primeira hora fui a favor desta norma.*

*Havendo empresas há emprego, há crescimento, há estabilidade humana e familiar. Há também maior riqueza advindo daí não só a melhoria das condições de vida, mas também o aumento de imposto para o País e para o concelho.*

*Hoje mesmo depois de ouvir todos os presentes noto que há unanimidade para que a nossa Edilidade defenda, até ao limite, a aplicabilidade deste preceito.*

*Foi por isso que argumentei que me congratulo por ter sido possível alcançar esta unanimidade.”*

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta de deliberação:**

232 - Presente pedido de parecer solicitado pela **Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro**, no âmbito do Regime de Regularização estabelecido com caráter extraordinário pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, relativo à exploração pecuária de produção intensiva de bovinos que a empresa **Compostos Liz – Alimentos Compostos para Animais, Lda.**, desenvolve nas suas instalações sitas na Rua da Charneca, Fagundo, Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 30/03/2016.

**A Câmara delibera INFORMAR, no âmbito do n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que sobre o pedido em causa foi proferido o seguinte PARECER:**

1.- Por deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal realizada a 21/09/2015, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi decidido atribuir às instalações, denominadas “UP Nova Abrantes”, destinadas à produção intensiva de bovinos, sitas na Quinta do Fagundo, Rua da Charneca, Fagundo, freguesia e concelho da Marinha Grande, da empresa **Compostos do Liz – Alimentos Compostos para Animais, Lda.**, com sede na Rua D. Maria Elisa, n.º 1500, Casalito, freguesia de Amor e concelho de Leiria, o reconhecimento de interesse público municipal.

2.- A unidade de produção em causa não detém qualquer título de autorização de utilização;

3.- As atuais instalações compreendem áreas destinadas a estábulos, armazéns e áreas de apoio diverso, apresentando uma área total de construção de 2.349,00 m<sup>2</sup>;

4.- Estas instalações não foram objeto de qualquer procedimento de licenciamento;

5.- As instalações localizam-se à distância de 10,0m das extremas norte e poente do prédio em que se situam.

6.- A exploração situa-se numa área designada pelo PDM da Marinha Grande como “agroflorestal”, sendo que o artigo 14<sup>o</sup> do seu regulamento estabelece o seguinte:

*1 – Os espaços agro-florestais identificados na carta de ordenamento do concelho correspondem a áreas cujos solos, consoante a sua capacidade de uso, poderão ter utilização agrícola, florestal ou de pastorícia e avícola.*

*2 – Nestes espaços é admitida, como actividade complementar, a caça.*

*3 – Carecem de licença da Câmara Municipal:*

*As acções de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas ou florestais;*

*As acções de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável.*

*4 – As construções a licenciar deverão apoiar-se em acessos ou caminhos existentes e serem autónomas em relação ao abastecimento de água e drenagem de esgotos, salvo se o titular custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas.*

7.- Neste contexto, verifica-se que o uso pretendido (produção de bovinos) é compatível com a classe estabelecida para este solo.

8.- Os critérios de edificabilidade estabelecidos pelo mesmo regulamento, no seu artigo 11<sup>o</sup> são os seguintes:

*“(…)*

*1- Nas áreas não urbanizáveis, sem prejuízo das condicionantes associadas a cada área, nomeadamente RAN e REN, e para além dos casos previstos no artigo anterior e nas áreas de habitat disperso previstas no artigo seguinte, os quais se regem pelas disposições expressas, somente será licenciada a edificação quando esta for destinada à habitação e estiver vinculada à actividade agrícola ou florestal ou de apoio às infraestruturas e nas seguintes condições:*

*a) Só é permitida a edificação de habitação em parcelas de cadastro com dimensão igual ou superior a 0,5 ha;*

*b) As novas construções destinadas à habitação terão uma área máxima variável entre 200 m<sup>2</sup> e 300 m<sup>2</sup>, consoante a dimensão da propriedade, nos seguintes termos:*

<i>Dimensão da propriedade</i>	<i>Área máxima de construção</i>
<i>De 0,5 ha a 5 ha .....</i>	<i>200 m<sup>2</sup></i>
<i>Superior a 5 ha .....</i>	<i>300 m<sup>2</sup></i>

*c) Os edifícios de apoio às actividades agrícolas e florestais, sem prejuízo das limitações associadas a cada área, regem-se pelo disposto na alínea anterior.*

*2- As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis ficam sujeitas às seguintes prescrições de ordem geral:*

- a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.), aos limites da parcela é de 15 m;*
  - b) O abastecimento de água, a drenagem de esgotos e as infra-estruturas eléctricas deverão ser resolvidos por sistema autónomo, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas;*
  - c) As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis não poderão exceder os dois pisos para habitação e um piso para os anexos agrícolas;*
  - d) Nas construções com dois pisos, a área de pavimento do piso superior não poderá exceder 60% da área de pavimento do piso térreo ou piso inferior;*
  - e) Exceptuam-se destas duas últimas disposições os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas.*
- (...)”*

9.- Verifica-se, assim, que as edificações existentes apresentam uma área superior aos 200,00 m<sup>2</sup> previstas na alínea b) do n.º 1, por força da aplicação da alínea c) do mesmo número, e um afastamento inferior aos 15,00 m previstos na alínea a) do n.º 2, ambas do artigo 11º do regulamento do PDM.

10.- Neste contexto, informa-se que os edifícios existentes violam, atualmente, o disposto nas alíneas b) do n.º 1, por força do disposto na alínea c) do mesmo número, e a) do n.º 2, ambas do artigo 11º do regulamento do PDM da Marinha Grande, sendo atualmente a violação deste Instrumento de Gestão Territorial o obstáculo ao licenciamento municipal da exploração.

11.- De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) da Marinha Grande, aprovado por despacho do Sr. Vice-Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), datado de 28/08/2015, no âmbito do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, que aprovou o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI), a instalação encontra-se referenciada como “território artificializado”, estando a área em que se encontra a unidade agropecuária classificada como sendo de risco de incêndio Muito Baixo, localizando-se numa área de ocupação de solo agrícola, sendo a instalação em causa compatível com este Plano.

Tendo em conta o reconhecimento de interesse público municipal que foi atribuído pelos órgãos competentes – Câmara Municipal da Marinha Grande e Assembleia Municipal da Marinha Grande, e apesar das incompatibilidades presentes no parecer técnico, a Câmara Municipal delibera ainda manifestar a sua total disponibilidade para, em conjunto com a empresa, ultrapassar os constrangimentos em cada situação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - REQ. N. 359/16, DATADO DE 10/03/2016 – PC N.º 79/16, DATADO DE 10/03/2016 – IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, IP, - PEDIDO DE PARECER RELATIVO À PRETENSÃO DE AMPLIAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DA EMPRESA BOURBON AUTOMOTIVE PLASTICS MARINHA GRANDE, SA.

233 - Presente pedido de parecer solicitado pelo IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, IP, no âmbito do Regime de Regularização estabelecido com caráter extraordinário pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, relativo ao estabelecimento industrial que a empresa Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, SA, pretende ampliar, nas suas instalações sitas na Zona Industrial da Marinha Grande, lotes 17 e 34, respetivamente na rua da Alemanha e na rua de França, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 06/04/2016.

**A Câmara delibera INFORMAR, no âmbito do n.º 4 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que sobre o pedido em causa foi proferido o seguinte PARECER:**

**“Após análise dos elementos constantes no pedido em apreço, cumpre informar o seguinte:**

**1.- Por deliberação tomada em sessão da Assembleia Municipal realizada a 21/09/2015, no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, foi decidido atribuir à empresa Bourbon Automotive Plastics Marinha Grande, SA., instalada na Zona Industrial da Marinha Grande, Lotes 17 e 34, respetivamente na Rua da Alemanha e na Rua de França, freguesia e concelho da Marinha Grande, o reconhecimento de interesse público municipal.**

**2.- Os edifícios que compõem a unidade de produção em causa detêm, atualmente, os alvarás de licença de utilização n.º 56/94 e 98/2001, emitidos no âmbito dos processos de licença de construção n.º 1160/91 e 1192/98, respetivamente, e o título de exploração, com o n.º 186/2011, emitido pelo Ministério da Economia;**

**3.- Os lotes em que se situa a unidade industrial em causa localizam-se na Zona Industrial da Marinha Grande, consolidada através de um instrumento de gestão territorial (IGT) eficaz, consubstanciado pelo Plano de Pormenor respetivo, adiante designado como “Plano”, ratificado parcialmente por despacho do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território de 14 de outubro de 1991, publicado no Diário da República II Série, n.º 83, de 8 de abril de 1992, e sujeito a nova ratificação, constante da Portaria n.º 230/95, de 27 de março, relativamente aos lotes não abrangidos pela ratificação anterior.**

**4.- Este Plano foi posteriormente alterado por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 1996, publicada no Diário da República, II Série, n.º 84, de 10 de abril de 1997, na forma de Declaração da Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), tendo essa Direção Geral procedido ao registo do respetivo plano n.º 02.10.10.01/01-97.P.P. a 27 de fevereiro de 1997, que se mantém inalterado desde então.**

**5.- A empresa pretende proceder à ampliação das instalações, ampliação essa que se irá traduzir numa área de implantação de 7.098,60 m², correspondente a um índice de ocupação de 61,7%, ultrapassando o valor máximo de 50% estabelecido na alínea a) do artigo 2º do Regulamento do Plano.**

6.- A ampliação pretendida apresenta, igualmente, um índice volumétrico de 5,86 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>, ultrapassando o valor máximo de 5,0 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup> estabelecido pela alínea b) do mesmo artigo 2º do regulamento do Plano.

7.- Com a ampliação pretendida, a percentagem de impermeabilização é de 93% do lote, muito acima do máximo admitido pela alínea g) do artigo 2º do regulamento do Plano, que é de 65%.

8.- A área prevista para estacionamento no interior dos lotes representa 5% da superfície de pavimento útil da unidade, substancialmente inferior aos 10% mínimos estabelecidos na alínea h) do Plano.

9.- A ampliação pretendida viola as alíneas a), b), g) e h) do artigo 2º do regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande.

10.- Embora o requerimento apresentado pela empresa refira o PDM da Marinha Grande como sendo o IGT violado pela ampliação, informa-se que é o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande que se contraria, estando esta situação clarificada e corretamente enunciada nos documentos que compõem o restante processo.”

Tendo em conta o reconhecimento de interesse público municipal que foi atribuído pelos órgãos competentes – Câmara Municipal da Marinha Grande e Assembleia Municipal da Marinha Grande, e apesar das incompatibilidades presentes no parecer técnico, a Câmara Municipal delibera ainda manifestar a sua total disponibilidade para, em conjunto com a empresa, ultrapassar os constrangimentos em cada situação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - REQ. N. 97/16, DATADO DE 22/01/2016 – PC N.º 27/16, DATADO DE 22/01/2016 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA**

234 - Presente comunicação de início de trabalhos de conservação, com o registo n.º 97/16, datada de 22-01-2016, a realizar na sua sede, sita na rua de Leiria, lugar de Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentada pela **Sociedade União de Albergaria – SUA**, com o NIPC 501640029.

Considerando que:

- A associação Sociedade União de Albergaria – SUA - tem como objetivos principais dinamizar, realizar e apoiar ações culturais, cívicas e de lazer, de forma a estreitar e a desenvolver as relações de convivência entre os seus associados, bem como facultar, na sua sede, a prática de jogos lícitos – artigo 2.º dos seus estatutos;
- É uma associação sem fins lucrativos – artigo 3.º dos seus estatutos;
- Foi fundada no ano de 1922, época de grandes dificuldades económicas, graças à boa vontade de um conjunto de cidadãos;
- O edifício, onde se localiza a sua sede, foi inicialmente construído com o fito de proporcionar aos seus sócios um local para conviverem e realizarem festas;

- Com o tempo foi desenvolvendo outras atividades, nomeadamente de cariz desportivo, sendo que hoje proporciona aulas de zumba e *fitness* e à terceira idade aulas de ginástica;
- Atualmente tem 313 sócios e é a única associação da localidade que desenvolve regularmente atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas;
- O edifício onde se localiza a sua sede apresenta graves problemas de infiltrações de água, quer através das suas paredes, quer através do seu telhado, que causam desconforto e insalubridade no interior do edifício;
- Com vista à melhoria das condições da construção, a interessada pretende substituir a estrutura de apoio da cobertura existente, em madeira, por novos elementos estruturais, também em madeira, e substituir as telhas cerâmicas existentes por placas em sandwich com imitação de telha;
- Pretende, ainda, proceder ao revestimento das paredes interiores com paredes falsas de gesso cartonado e à aplicação de um novo reboco areado nas paredes exteriores e, posteriormente pintá-las;
- Estas obras permitirão que a sede da associação passe a ter melhores condições de salubridade, podendo os seus sócios usufruir do espaço para conviver, praticar atividades lúdicas e desportivas;
- A SUA tem assumido, na localidade onde se encontra sedeada e desde que foi criada, um papel de fomento da solidariedade e da cidadania;
- O seu contributo na área do desporto para jovens e menos jovens, bem como noutras atividades de convívio entre a população, justifica que o espaço físico onde as mesmas ocorrem seja preservado;

**A Câmara Municipal delibera autorizar as obras de conservação, que a Sociedade União de Albergaria (SUA), com o NIPC 501640029, pretende realizar no edifício da sua sede, sito na rua de Leiria, lugar de Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, nomeadamente renovação de rebocos e pintura, revestimento de paredes interiores, limpeza das fachadas, substituição do telhado por telhas em sandwich e da sua estrutura de madeira, por uma nova estrutura do mesmo material, todas constantes da comunicação n.º 97/16, datada de 22-01-2016.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - REQ. N. 536/16, DATADO DE 07/04/2016 – PC N.º 28/16, DATADO DE 22/01/2016 – SOCIEDADE UNIÃO DE ALBERGARIA**

235 - Presentes requerimentos com registos de entrada n.º 98/16, datado de 22-01-2016 e n.º 536/16, de 07-04-2016, ambos respeitantes ao processo n.º 28/16, apresentados pela Sociedade União de Albergaria (SUA), com o NIPC 501640029 e sede na rua de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, para ocupação da rua Sociedade União de Albergaria, da mesma freguesia e concelho, com tapumes e andaimes, numa área de 12,6 m² (14 m x 0,9 m), durante um período de 30 dias, com vista à execução de obras de conservação no edifício da sua sede.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Presente requerimento com o registo de entrada n.º 99/16, datado de 25-01-2016, apresentado pela interessada, em que a mesma solicita a isenção de taxas pela ocupação da referida rua.

Presente ofício n.º 18422/2016NPE-114-1 da Polícia de Segurança Pública, datado de 22-01-2016, a informar que não vê inconvenientes no corte temporário da rua, desde que sejam tomadas todas as medidas de segurança.

**A Câmara Municipal apreciou os pedidos, com registos de entrada n.º 98/16, datado de 22-01-2016 e n.º 536/16 de 07-04-2016, apresentados pela Sociedade União de Albergaria (SUA), com o NIPC 501640029, em que solicita autorização para ocupação da rua Sociedade União de Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, com tapumes, andaimes, numa área de 12,6 m2 (14 m x 0,9 m), durante um período de 30 dias, com vista à execução de obras de conservação no edifício da sua sede, sito na rua de Leiria, freguesia e concelho da Marinha Grande, bem como o ofício n.º 18422/2016NPE-114-1 da Polícia de Segurança Pública, datado de 22-01-2016, que refere que não vê inconvenientes no corte temporário da rua, desde que sejam tomadas todas as medidas de segurança, e considerando que essa ocupação é necessária para efetuar as ditas obras, nomeadamente a substituição da cobertura do edifício, delibera deferir os referidos pedidos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 84.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.**

A interessada deve tomar todas as medidas adequadas para garantir a segurança dos trabalhadores e das pessoas em geral, para evitar danos materiais que possam afetar os bens do domínio público ou privado e, findos os trabalhos, deve repor a rua no estado em que se encontrava antes da sua ocupação – n.º 3 e n.º 8 do artigo 85.º do referido Regulamento.

A Câmara Municipal delibera, ainda, deferir o pedido com o registo de entrada n.º 99/16, datado de 25-01-2016, e isentar a requerente, ao abrigo da alínea a) do n.º 2, do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela ocupação da via pública, no montante de 77,20€ (setenta e sete euros e vinte centimos), por se encontrarem preenchidas todas as condições impostas naquela norma, nomeadamente por se tratar de uma associação legalmente constituída, que tem como objetivos principais, dinamizar, realizar e apoiar ações culturais, cívicas, de lazer e de convivência entre os seus associados e a referida ocupação se destinar a facilitar a realização das obras de conservação da sua sede, local onde são realizadas aquelas ações e atividades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## **27 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**

236 - A Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de Noite de Karaoke no dia 16 de abril de 2016;

O Clube Automóvel da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do 16º encontro de clássicos e desportivos no dia 30 de abril de 2016;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

O Clube Desportivo e Recreativo das Figueiras, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da Festa da Primavera a realizar no dia 16 de abril de 2016.

O Estrela do Mar Futebol Clube, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização do torneio de futebol de 7-Veteranos a realizar no dia 23 de abril de 2016;
- Licença de publicidade.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização de Jantar convívio a realizar no dia 7 de maio de 2016;
- Licença de publicidade.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Igreja de Picassinos, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização dos Festejos anuais em honra do Padroeiro da Igreja de Picassinos a realizar nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2016;
- Autorização para realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

Presentes informações nºs 14/AF, 15/AF, 16/AF, 17/AF, 18/AF E 19/AF de 11 de abril de 2016, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.



A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Sociedade Desportiva e Cultural das Trutas, o Clube Automóvel da Marinha Grande, o Clube Desportivo e Recreativo das Figueiras, o Estrela do Mar Futebol Clube, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Capela da Albergaria e a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande – Igreja de Picassinos do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e das licenças de publicidade.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – REQUERENTE: DIOGO BALÃO ESPIRITO SANTO – QUEBRA DE VIDRO POR PROJEÇÃO DE PEDRA POR MOTO-ROÇADORA DE RELVA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.**

237 - Presente requerimento recebido em 15-01-2016 do lesado, Diogo Balão Espírito Santo, titular do NIF 219056668, residente na Travessa Aires Roque, Lote 3, 2.º Esqº., Estação, Marinha Grande, no qual descreve os danos que sofreu na sua viatura automóvel, quando no dia 12-01-2016, pelas 13H50, circulava da Estrada dos Guilhermes, junto à rotunda ali existente.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 12-02-2016.

Presente Informação n.º I/402/2016-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Diogo Balão Espírito Santo, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/402/2016 – FO, que aqui se dá por integralmente**

reproduzida e que fica anexa à ata (**Anexo 1**), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 214,02€ (duzentos e catorze euros e dois centimos), com IVA incluído, apresentado por Diogo Balão Espírito Santo, titular do NIF 219056668, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera informar o lesado que o pagamento/reembolso fica condicionado à apresentação do original do documento comprovativo do pagamento da reparação dos danos em causa, nos exatos termos que constam do orçamento apresentado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **29 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS**

238 - Presente a informação interna I/368/2016 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço para novo artigo de artesanato em vidro, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal “*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*”;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal “*fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)*”;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Íman (A.M.)	2,50 €	4,06 €	0,94 €	5,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **30 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE MAIO E JUNHO DE 2016 NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS.**

239 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo que: A Inf. 2/2016 de 7 de janeiro que apresenta proposta de programação para os meses que constituem o 1.º semestre de 2016 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho da Sr.ª Vereadora da Cultura, Dr.ª Cidália Ferreira datado de 18 de janeiro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de maio a junho de 2016 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

MAIO				
4	STAND UP COMEDY	EDUARDO MADEIRA E MANUEL MARQUES	2142€	10€
29 – 10h	VÁRIOS (adjudicado)	CONCERTOS PARA BEBÉS	2000€	Bilhete palco adulto + bebé 15€
29 – 11h30				Bilhete normal 7,50€
JUNHO				
17	MÚSICA (adjudicado)	DIANA MARTINEZ	1997,50€	8€
19	MÚSICA (adjudicado)	ORQUESTRA SINFÓNICA DE LEIRIA	750€	5€
26 – 10h00	VÁRIOS (adjudicado)	CONCERTOS PARA BEBÉS	2000€	Bilhete palco adulto + bebé 15€
26 – 11h30				Bilhete normal 7,50€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de maio e junho de 2016 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **31 - MUDANÇA DE INSTALAÇÕES DO NÚCLEO REGIONAL DO CENTRO DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO (LPCC) NO EDIFÍCIO DA IVIMA - CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO DE COMODATO**

240 - Presente email do Grupo de Voluntariado Comunitário da Marinha Grande da LPCC, com o registo de entrada E/10699, datado de 14 de dezembro de 2015, a solicitar a

mudança de instalações, designadamente da sala, no antigo Edifício da Ivima, para uma de maior dimensão.

Presente informação n.º 283, datada de 01/03/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - na qual é justificada a necessidade de um espaço de maior dimensão para que o referido Grupo de Voluntariado possa levar a cabo a sua atividade de forma mais profícua.

Considerando que:

- Desde o dia 15 de setembro de 2013 que o Grupo de Voluntariado se encontra a ocupar uma sala com cerca de 39,50m<sup>2</sup>, no antigo Edifício da Ivima, havendo sido celebrado um Contrato de Comodato para o efeito;

- Após a dinamização do Projeto Um dia Pela Vida que decorreu entre março e início de julho de 2015, registou-se um aumento significativo do número de Voluntários e de iniciativas, que se prevêem continuar a crescer durante os próximos anos, sendo a sala onde atualmente desenvolvem a sua atividade demasiado pequena para as necessidades sentidas;

- O aumento exponencial de cidadãos a procurar o apoio das(os) Voluntárias(os) como intermediárias(os) para os seus problemas junto da LPCC,

- O espaço onde as atividades têm vindo a ser realizadas, designadamente: receber todas as pessoas que pretendem obter informações sobre os seus casos ou de familiares, reuniões e preparação de atividades com todos os Voluntários, guardar o material das atividades, realização da Venda de Natal e muitas outras, tem-se revelado pequeno para acolher tantas pessoas e iniciativas, pelo que uma sala de maior dimensão permitirá a realização de um trabalho com maior qualidade, mais profícuo e com melhores condições para quem o desenvolve, dando assim continuidade à divulgação da Luta Contra o Cancro, bem como à angariação de fundos;

- A sala solicitada pelo Grupo de Voluntariado é o Torreão Norte, com um total de 59,49m<sup>2</sup>, cerca de 20m<sup>2</sup>, maior do que a atualmente ocupada.

- De acordo com o parecer técnico (em anexo), a cedência destas instalações traduz-se num benefício avaliado em cerca de 250,00€ mensais, isto é, 3.000,00€ (três mil euros) anuais.

Deste modo, considera-se fundamental que o Grupo de Voluntariado dê continuidade ao trabalho que já vem desenvolvendo no concelho da Marinha Grande, e tendo em conta o aumento exponencial de Voluntários, dinamização de atividades, bem como a procura de apoio por parte dos cidadãos direta ou indiretamente atingidos pelo Cancro.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas o), u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com**

as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, denunciar o Contrato de Comodato em vigor e aprovar a cedência das novas instalações e a celebração de novo Contrato de Comodato com o Núcleo Regional do Centro da Liga Portuguesa Contra O Cancro (LPCC), cuja minuta se anexa (Anexo 3), referente ao Torreão Norte, do antigo Edifício da Ivima sito na Avenida 1.ª de Maio, nº99, 2430-210 Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 19558 e inscrito sob o artigo matricial urbano 19649-P, a área de 59,49m², por um período de dois anos, renovável anualmente, para o Grupo de Voluntariado Comunitário da Marinha Grande da LPCC prosseguir a atividade que tem vindo a desenvolver no concelho, devendo o Núcleo assumir as despesas respeitantes aos consumos de água, energia elétrica, gás, limpeza, comunicações e outras decorrentes da utilização do espaço cedido.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**32 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, ADESER II, IPSS PARA PROMOÇÃO DO BOLO DE PINHÃO DA MARINHA GRANDE E DO LICOR DE LEITE DA MARINHA GRANDE - PRODUTOS LOCAIS DO CONCELHO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CLDS—3G MARINHA SOCIAL**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira** solicitou dispensa de intervir neste processo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 69.º, e n.º 1, alínea a) do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo, na medida em que faz parte dos Órgãos Sociais da ADESER.

**O Sr. Presidente** declarou o referido impedimento, nos termos do n.º 4 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo.

241 - Presente email da ADESER II, IPSS, com o registo de entrada E/757/2016, datado de 26 de janeiro do corrente ano, a solicitar a cedência de um espaço para promoção de produtos locais, designadamente o Bolo de Pinhão da Marinha Grande e o Licor de Leite da Marinha Grande, no âmbito do Programa CLDS—3G Marinha Social;

Presente informação n.º 313, datada de 09/03/2016, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento — DCD - na qual é feita uma breve caracterização dos objetivos que se pretendem com a implementação do referido projeto.

Considerando que:

O Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Programa CLDS) foi criado com a finalidade de promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisetorial e

integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Com o atual contexto económico e social do país, os CLDS, passaram a designar-se como CLDS de 3.ª Geração (CLDS-3G), de modo a potenciar os territórios e a capacitação dos cidadãos e famílias neste ciclo de crescimento económico que se inicia, promovendo a equidade territorial, a igualdade de oportunidades e a inclusão social nas suas mais diversas dimensões.

O CLDS-3G Marinha Social, iniciou as suas funções no passado dia 16 de outubro de 2015 tem como principais objetivos:

- A capacitação dos cidadãos marinhenses de competências pessoais, sociais, relacionais e profissionais na promoção da igualdade de oportunidades, inclusão social, reconversão profissional e reintegração no mercado de trabalho;

- A adoção de estilos de vida saudáveis e de equilíbrio biopsicossocial, através da promoção de estratégias dirigidas às famílias, crianças e jovens e demais cidadãos do concelho da Marinha Grande;

- A promoção proativa das parcerias e dos cidadãos no combate ao isolamento e à exclusão social.

No Plano de Ação do CLDS-3G Marinha Social, uma das ações apresentadas, e que foi objeto de aprovação, designadamente a Ação 8, foi definido “Promover a criação de circuitos de produção, divulgação e comercialização de produtos locais e ou regionais de modo a potenciar o território e a empregabilidade”, a promoção dos produtos locais do concelho; a criação da imagem de marca de produtos locais; o concurso do licor de leite e do bolo de pinhão e a criação da origem demarcada do bolo de pinhão e licor de leite.

Neste âmbito foram já realizados os dois primeiros concursos do Bolo de Pinhão da Marinha Grande e do Licor de Leite da Marinha Grande, tal como criada uma imagem de marca a associar a estes produtos - Saberes, Sabores e Costumes Marinhenses.

O pedido de cedência de instalações resulta da necessidade sentida pela ADESER II, IPSS, entidade promotora do Projeto CLDS-3G em possuir um espaço que lhe permita colocar em circuito de produção, divulgação e comercialização dos produtos locais supramencionados, de forma a cumprir os objetivos do referido Projeto, pelo que solicita a cedência do espaço onde funcionou a portaria da antiga Fábrica Escola Irmãos Stephens, por se localizar numa zona central e de fácil acesso aos visitantes do concelho, para assim promover o Bolo de Pinhão e o Licor de Leite da Marinha Grande.

De acordo com o parecer técnico (em anexo), a cedência destas instalações traduz-se num benefício avaliado em cerca de 57,50€ (cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos) mensais, isto é, 690,00€ (seiscentos e noventa euros) anuais.

De ressaltar, que o espaço em apreço tem como função o de uma galeria técnica, considerando que é neste local que se encontram as instalações para proceder ao corte geral do gás, eletricidade e controlo do ar condicionado, pelo que é fundamental que uma cópia das chaves do espaço fique na posse da Câmara Municipal, para em caso de necessidade ter acesso ao mesmo.

Deste modo, considera-se fundamental que a ADESER II, IPSS, dê continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo no Projeto CLDS-3G, no que diz respeito à promoção do Bolo de Pinhão da Marinha Grande e do Licor de Leite da Marinha Grande, contribuindo assim, não só para a divulgação dos produtos locais, mas também para a promoção turística do concelho.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas o), u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, aprovar a cedência das instalações e a celebração do contrato de comodato com a ADESER II, IPSS, cuja minuta se anexa (Anexo 4), referente às instalações onde funcionou a portaria da antiga Fábrica Escola Irmãos Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 10375 e inscrito sob o artigo matricial urbano 13255, com duração até 15 de outubro de 2018, renovável anualmente, para promoção dos produtos locais do Bolo do Pinhão da Marinha Grande e do Licor de Leite da Marinha Grande, devendo a Associação assumir as despesas respeitantes aos consumos de gás, limpeza, comunicações e outras decorrentes da utilização do espaço cedido.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia treze de abril de dois mil e dezasseis, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **8.651.598,10 €** (oito milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e oito euros e dez cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

### **34 - REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA VIEIRA DE LEIRIA/PRAIA DA VIEIRA – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2016. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.**



242 - Presente informação técnica, com referência CS/08/2016, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas por diversos interessados na fase de formação do contrato e se propõe a aceitação de erros e omissões do projeto e a consequente elevação do preço base para 962.328,74 euros, no âmbito do procedimento de concurso público que tem por objeto a requalificação da Estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira.

Considerando que constitui competência da Câmara Municipal a pronúncia sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto na informação técnica CS/08/2016, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 2), de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com os artigos 61.º, n.º 5 e 64.º, n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovar:**

- a) Os erros e omissões do projeto de execução, nos termos da informação técnica citada;
- b) O preço base de 962.328,74 euros (novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e oito euros e setenta e quatro centavos);
- c) A rejeição dos restantes e omissões apresentados pelos interessados, nos termos da informação técnica citada;
- d) O mapa de quantidades final e as peças escritas e desenhadas anexas;
- e) A prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas em 20 dias, a contar do envio para publicação do respetivo anúncio.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

### **35 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DE 2015. MANDATO DISCRIMINADO.**

No início da discussão deste ponto o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

Para apresentação e esclarecimento do relatório e contas relativos ao exercício de 2015 da **TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.**, esteve presente na reunião a **Dr.ª Fátima Cardoso**, Administradora da empresa, que respondeu também a algumas dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores.

**Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:**

243 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assuntos da ordem do dia: deliberar sobre o relatório e contas relativos ao exercício de dois mil e quinze, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da empresa, de acordo com o artigo 12.º, n.º 2, dos estatutos da empresa.

Presente Relatório e contas de 2015, acompanhados do parecer e certificação legal das contas, emitidos pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar o relatório e contas relativos ao exercício de 2015, aprovar a proposta de aplicação de resultados e apreciar positivamente a atuação da administração e fiscalização da empresa.

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

### APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

**244 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia  
14/04/2016.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 11

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião